

ENTREVISTA

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

UFV COMPLETA 89 ANOS

DIVULGAÇÃO



NILDA SOARES – “Temos o desafio de proporcionar a permanência com qualidade aos alunos”

Considerada uma das 100 melhores do mundo em ciências agrárias e florestais no QS World University Ranking, estando em segundo lugar em Minas Gerais com o maior número de publicações científicas, de acordo com a empresa espanhola SCImago Institutions Ranking, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) está completando, em 2015, 89 anos de fundação.

Além de Viçosa, a universidade possui outros dois campi em Minas: Florestal e Rio Paranaíba. Força do Campo conversou com a reitora Nilda de Fátima Ferreira Soares, no cargo desde 2011. Com um currículo que inclui cursos no exterior e prêmios de inovação tecnológica, a trajetória dela na UFV em cargos administrativos começou em 1998.

Qual é hoje o universo da UFV?

Nos três campi, a UFV conta com 20 mil estudantes na graduação e na pós-graduação, 1.200 professores e 2.400 profissionais no quadro técnico-administrativo. Oferecemos 68 cursos de graduação e 44 programas de pós-graduação. Por tradição, a área de Ciências Agrárias é a mais desenvolvida na UFV, sendo conhecida e respeitada no Brasil e no exterior. A UFV tem contado com o trabalho de professores e pesquisadores estrangeiros de renome na comunidade científica, que colaboram com o corpo docente, ao mesmo tempo em que executa um programa de treinamento que mantém diversos profissionais se especializando tanto no Brasil quanto no exterior.

Quais são os principais desafios da universidade?

A UFV participou do programa “Reuni” que proporcionou um aumento significativo no número

“Apesar dessa ênfase na agropecuária, a UFV vem assumindo caráter eclético, expandindo-se em áreas como Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas, Letras e Artes”

de cursos e de ingressantes nos últimos sete anos. A UFV, desde a sua criação, promove a inclusão social por meio da oferta de moradia e alimentação aos nossos alunos com vulnerabilidade econômica. Assim, temos o desafio de proporcionar a permanência com qualidade a esses alunos. Somos uma instituição com intensa inserção internacional, com mais de mil alunos em mobilidade em vários países do mundo. É importante o acom-

panhamento desses estudantes para um maior aproveitamento dessas oportunidades.

Quantos profissionais são formados por ano, pela UFV, na área de Ciências Agrárias?

São cerca de 400 profissionais. No próximo mês, por exemplo, graduaremos 150 estudantes em cursos dessa área. Os cursos mais demandados são os de Medicina Veterinária, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambien-

tal e Engenharia Florestal. Eles são procurados por jovens de todas as regiões do país.

Nessa mesma área, quais os cursos mais procurados em pós-graduação?

Nossos programas de pós-graduação em Ciências Agrárias são todos muito procurados. Fomos a primeira instituição brasileira de ensino superior a oferecer curso de pós-graduação em Economia Rural, nível de mestrado. Além do Programa de Extensão Rural, destacam-se a nossa pós-graduação em Agroquímica, Engenharia Agrícola, Fisiologia Vegetal, Fitopatologia, Fitotecnia, Genética e Melhoramento, Medicina Veterinária, Microbiologia Agrícola, Solos e Nutrição de Plantas e Zootecnia.

A 86ª Semana do Fazendeiro será realizada de 12 a 18 de julho, em Viçosa. O que motivou a escolha do tema “Campo e cidade: diálogo para um futuro sustentável”?

Nos últimos anos, a instituição se expandiu, diversificando os cursos e áreas de atuação. E isso tem aparecido no nosso mais tradicional evento extensionista, a Semana do Fazendeiro. Foi oportuno, então, associar o novo perfil da UFV ao entendimento que tem pautado nossa discussão sobre o campo como uma dimensão necessariamente ligada à cidade, e vice-versa. Seja do ponto de vista produtivo – produzir para quem e consumir o que, de onde vem a água, dentre outras questões –, seja do ponto de vista simbólico – o lado rural da nossa formação, o imaginário da cidade no mundo rural –, campo e cidade não podem ser pensados separadamente, sob pena de comprometermos nosso futuro. Foi da necessidade desse diálogo que escolhemos o tema deste ano.

CAFEICULTORES MINEIROS DISCORDAM DO PREÇO MÍNIMO

ARNALDO DE SOUSA

FORCADOCAMPO@HOJEEMDIA.COM.BR

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou uma portaria, em maio, de Política de Garantias de Preços Mínimos (PGPM) para o café. O governo manteve o valor que fora publicado no ano passado de R\$ 307 para o café arábica. Já o preço do conilon ou canephora foi reajustado a R\$ 193,54/saca, alta de 7,02% sobre o valor anterior de R\$ 180,80.

Cafeicultores mineiros, detentores de cerca de 50% do café nacional, e suas lideranças estão reclamando que o governo manteve o preço mínimo defasado. Isto porque, se eles tiverem que praticar esse mínimo proposto em leilões de venda do governo, terão prejuízo muito grande. De fato houve aumento nos custos de produção com repasse da inflação do período aos insumos agrícolas, além de altas nas tarifas públicas de todos os níveis.

Para o leitor ter uma ideia, um cafeicultor de Guaxupé, no Sul de Minas, distante 434 km de Belo Horizonte, com produção de 30 hectares e produtividade de 25 sacas por hectare em dois anos, para descontar a “bionalidade” da cultura, tem um custo de produção total de R\$ 532,38/ha.

No custo total da produção estão inclusos: pessoal interno (14,5%), gastos gerais (12,57%), mecanização (4,5%), insumos (26,73%), colheita e pós-colheita manual (41,68%), além de depreciação de máquinas, equipamentos e custo de capital da terra. Todo esse trabalho foi desenvolvido pelo Centro de Inteligência e Mercados da Universidade Federal de Lavras (Ufla).

A maior preocupação é quanto ao futuro. Porém, se os produtores souberem aproveitar as altas dos preços, suas vendas serão bem remuneradas

O medo dos produtores é de que, em condições climáticas normais, a safra de café a ser colhida em 2016 seja acima de 50 milhões de sacas, cinco a seis milhões a mais de sacas se comparada à projeção da safra 2015 (45,3 milhões de sacas), de acordo com números da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso poderia causar uma depreciação dos preços no mercado.

Há dois problemas que incomodam os cafeicultores mineiros: o alto custo de produção nas áreas de montanha, com colheita manual, e resolver o passivo de uma década dos anos 2000, quando os preços depreciaram, gerando dívida e prejuízo aos produtores. O governo, mantendo o preço mínimo para o café arábica em R\$ 307, pode gerar uma situação desconfortável para o setor altamente gerador de emprego e renda no campo.

Os preços mínimos propostos pela Ufla seriam da seguinte forma para o café arábica: Custo Operacional Total na produção manual de R\$ 499/saca, na produção mecânica não irrigada de R\$ 421/saca e na produção mecânica irrigada o valor mínimo de R\$ 343.

Se não houver uma ação para minimizar os riscos da cafeicultura, com um seguro agrícola adequado ao café, renegociação do endividamento em longo prazo e um estudo multidisciplinar envolvendo todas as esferas de governo para melhorar a produtividade em regiões de montanha, teremos um impacto social, ambiental e econômico importante na cafeicultura.

Jornalista, coach e palestrante